



ESTADO DO ESPIRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2024
Processo Administrativo n.º 22.775/2024

Resposta acerca do recurso administrativo interposto pela empresa **MOTAUTO MOTA AUTOMÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.996.637/0001-45.

I – DAS PRELIMINARES

Cuida-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **MOTAUTO MOTA AUTOMÓVEIS LTDA**, apresentado através do Portal de Compras Públicas, site provedor do certame.

Nos termos do item 12.1 do Edital, as manifestações dos recursos administrativos devem ser registradas de forma imediata, durante o prazo concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

Nesse certame, o prazo fixado para manifestar a intenção de recurso foi de 30 (trinta) minutos no dia **27 de dezembro de 2024**. Dentro do prazo estabelecido, o recorrente manifestou sua intenção, que foi deferida pela Pregoeira:

“(…) 27/12/2024 17:05:36 - Sistema - Intenção: “temos intenção de recursos, licitante vencedora contrariou o Edital, razões sera apresentada na peça recursal”



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

Seguindo o trâmite previsto no item 12.2 do Edital, foi fixado prazo de três dias úteis para a empresa recorrente apresentar, através do sistema do Portal de Compras Públicas, suas razões recursais, o que foi devidamente cumprido pelo recorrente dentro do período estipulado (fls. 153/155). Aos demais licitantes foi garantido o prazo para apresentação de contrarrazões até o dia **7 de janeiro de 2025**; entretanto, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões, limitando-se a anexar novamente a documentação de qualificação econômico-financeira já apresentada na fase de habilitação.

Assim sendo, a interposição do presente recurso foi tempestiva e esta Comissão procede seu recebimento e passa a análise do mérito.

II - DAS RAZÕES DO RECURSO E DOS PEDIDOS

Em suma, o recorrente solicita a desclassificação da empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, ao argumento de que empresa deixou de apresentar o balanço de abertura devidamente autenticado na Junta Comercial.

III - DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Inicialmente, esta Comissão de Pregão assegura o cumprimento aos princípios que regem a Administração, descritos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º, caput da Lei nº 14.133/2021, como segue:

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da **igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

Neste sentido, cabe ainda observar que Procuradoria, órgão de assessoramento jurídico desse município, realizou o controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório, mediante análise jurídica da contratação, dos documentos de planejamento, minuta de Edital e contrato, conforme preceitua o art. 53 da Lei 14.133/2021, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

Em análise, percebe-se nas razões recursais interpostas que o recorrente busca a inabilitação da empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, declarada vencedora do certame, alegando que esta não cumpriu as exigências editalícias relativa a qualificação econômico-financeira, na medida em que apresentou apenas o Balanço do Abertura, sem qualquer registro na Junta Comercial do estado sede da sua empresa ou outro órgão competente.

A fim de elucidar a questão, cumpre esclarecer que a demonstração da qualificação econômico-financeira das licitantes para participação no certame do Pregão Eletrônico nº 126/2024 é tratada no item 11.3.3, do Edital. Na alínea "a" se exige a apresentação de "Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (...)", nos termos do art. 69 da Lei 14.133/21. Após, nas alíneas a.1", "a.2", "a.3" e "b", consta explicação detalhada da forma de apresentação dos documentos:

11.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

*a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação*



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

*a.1) Serão consideradas aceitas as demonstrações contábeis, **registradas na Junta Comercial ou com recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**, assim apresentadas:*

- I. Balanço patrimonial;*
- II. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;*
- III. Demonstração do resultado do exercício;*
- IV. Demonstração dos fluxos de caixa;*
- V. Demonstração do valor adicionado, apenas para companhias de capital aberto;*

VI. Notas explicativas;

*a.2) Para as empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006, desobrigadas pela legislação fiscal e tributária a elaboração dos demonstrativos exigidos no item a.1, para habilitação no certame, deverão ser apresentadas cópias legíveis e **registradas na Junta Comercial, SPED ou no órgão competente**, das seguintes demonstrações:*

- I. Balanço patrimonial;*
- II. Demonstração do resultado do exercício;*
- III. Notas Explicativas;*

a.3) No caso das empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) cadastradas e optante pelo “SIMPLES NACIONAL”, PODERÃO apresentar apenas a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS/PGDAS.

b) A empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, **conforme os requisitos de legislação societária e comercial.**

Como a empresa foi constituída em 23 de julho do ano 2024, torna-se impossível a apresentação do balanço referente ao último exercício social, qual seja, o ano de 2023. Assim, o Edital esclarece na alínea “b” que tais empresas deverão apresentar balanço de abertura nos **termos da legislação**, ou seja, REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL OU NO ÓRGÃO COMPETENTE.

Por sua vez, em melhor análise, foi identificado que a empresa declarada vencedora, de fato, apresentou em seus documentos de habilitação apenas seu balanço da abertura, sem qualquer tipo de registro em órgãos competentes. E em suas contrarrazões, apenas anexou o mesmo balanço de abertura já apresentado.

Cumprir destacar que o registro do balanço de abertura é um documento essencial que atesta a situação patrimonial da empresa, mesmo em seu primeiro ano de atividade, e sua ausência configura descumprimento das obrigações legais impostas, nos termos artigo 36 da Lei nº 8.934/1994.

Deste modo, é indispensável para manutenção da legalidade e da igualdade de condições de concorrência do certame, que todas as licitantes apresentem todos os documentos nos moldes do Edital, haja vista o cumprimento dos princípios da isonomia, da legalidade, e da vinculação ao Edital.

Cabe aqui também observar o disposto na Súmula 473 do STF, que orienta a Administração a anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.



ESTADO DO ESPIRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

Rua Alencar Moraes de Resende, nº 100 – bairro Jardim Boa Vista – CEP: 29.217-900 - Guarapari – ES
Telefone: (27) 3361 – 8216/8217 e-mail: copel@guarapari.es.gov.br

A ausência do registro do balanço de abertura não só configura uma irregularidade documental, mas também impede a comprovação da regularidade fiscal e da capacidade financeira, requisitos essenciais para a participação em processos licitatórios.

Diante do exposto e com fundamento no princípio da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório, e do princípio da autotutela, que confere à Administração Pública o poder-dever de revisar seus atos com o intuito de assegurar a legalidade e o interesse público, conclui-se que a empresa EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA não apresentou a documentação completa conforme exigido no EDITAL PE Nº 126/2024, razão pela qual, a empresa deve ser inabilitada do certame.

Pelo exposto, segue decisão.

IV – DA DECISÃO

Isto posto, conhecemos do Recurso Administrativo apresentado pela empresa **MOTAUTO MOTA AUTOMÓVEIS LTDA**, dando-lhe provimento quanto ao mérito, **INABILITANDO** no certame a empresa **EXTREMA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA**, pelos motivos ora expostos.

Guarapari/ES, 20 de janeiro de 2025.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA